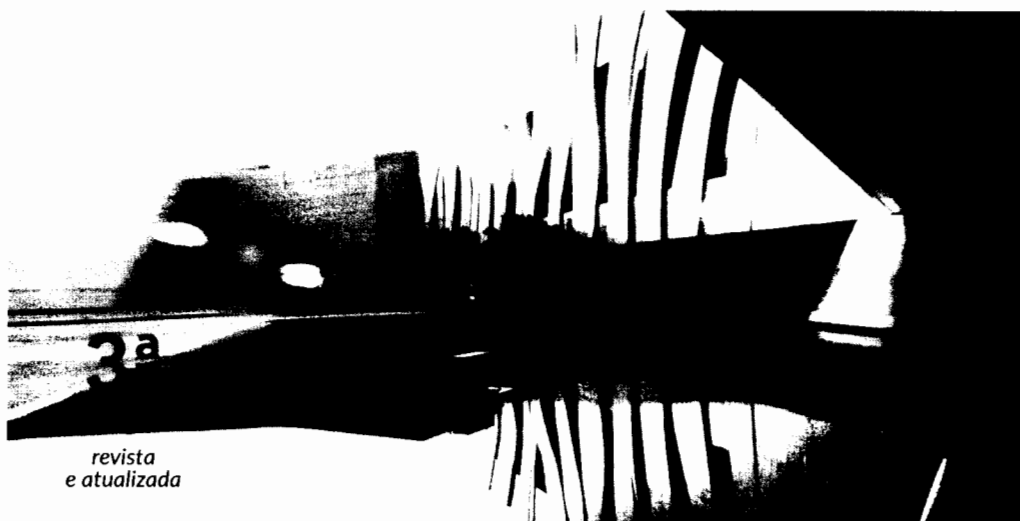


J. M. LEONI LOPES DE OLIVEIRA

DIREITO CIVIL
PARTE GERAL

Coordenação

J. M. LEONI LOPES DE OLIVEIRA
MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento: 28.11.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D635

Direito civil : parte geral / coordenação J. M. Leoni Lopes de Oliveira, Marco Aurélio Bezerra de Melo. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8325-3

1132637

1. Direito civil - Brasil. I. Oliveira, J. M. Leoni Lopes de. II. Melo, Marco Aurélio Bezerra de. III. Série.

18-53176

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – AS PESSOAS.....	1
1 Visão sociológico-jurídica das pessoas	1
1.1 Visão filosófica da pessoa	1
1.2 A pessoa na sociedade capitalista	3
1.3 O processo de socialização	5
1.4 Crítica à teoria nominalista	5
1.5 Crítica à visão socialista	6
1.6 Pessoa e homem	7
1.7 O homem como o fim do direito	8
1.8 O princípio da dignidade da pessoa humana.....	9
2 Localização das pessoas nos sistemas jurídicos	11
2.1 A importância da localização.....	12
2.2 A localização das pessoas nos sistemas jurídicos	12
3 A visão doutrinária das pessoas	14
3.1 A pessoa como derivada do <i>status</i>	14
3.2 A pessoa como sujeito de direitos (a capacidade jurídica).....	14
3.3 A pessoa como elemento da norma (o pensamento de Kelsen).....	16
3.4 Crítica das teorias	17
4 Classificação das pessoas	20
4.1 As pessoas físicas e as pessoas jurídicas.....	20
4.2 As pseudopersonificações.....	22
CAPÍTULO II – PESSOA FÍSICA: COMEÇO E FIM DA PERSONALIDADE.....	23
1 Conceito de pessoa física	23
1.1 Conceitos formal e material de pessoa.....	24
1.1.1 Conceito formal ou técnico de pessoa.....	24
1.1.2 Conceito material ou institucional de pessoa.....	25
2 Pessoa e personalidade	25
2.1 Noção de personalidade.....	25
2.2 Personalidade e capacidade de direito. Remissão.....	27
3 Começo da personalidade	27
3.1 A partir de quando começa a personalidade	27
3.2 O nascimento	28
3.3 O nascituro	29

4	Registro do nascimento das pessoas físicas	33
4.1	Importância do registro	33
4.2	Imperatividade do registro	33
4.3	Nascimento e parto.....	34
4.4	Registro efetuado pelo menor de 21 anos.....	34
4.5	O lugar do registro.....	34
4.6	Registro dos índios	35
4.7	Registro a bordo de navio	35
4.8	Registro do natimorto e do que morreu no parto	35
4.9	Registro de criança exposta ou abandonada	35
4.10	Registro de gêmeos.....	36
4.11	A questão da duplicidade de registros	36
5	Fim da personalidade	36
5.1	A morte natural.....	36
5.2	Prova da morte	39
5.3	Comoriência.....	41
5.4	Efeitos da comoriência.....	42
5.5	Morte presumida.....	43
5.5.1	Morte presumida sem declaração de ausência	43
5.5.2	Morte presumida com declaração de ausência	44
6	Ausência	45
6.1	Conceito (espécies de ausentes).....	45
6.2	Fases da sucessão do ausente.....	48
7	Curadoria dos bens do ausente	48
7.1	Competência.....	48
7.2	Requisitos para a nomeação de curador	49
7.3	Legitimados para requerer a nomeação de curador.....	49
7.4	Legitimados para exercer a curatela	50
7.4.1	Cônjuge e companheiro do ausente.....	50
7.4.2	Pais e descendentes	52
7.4.3	Curador de ausentes	52
7.5	Poderes do curador.....	52
7.6	Registro da sentença que declara a ausência	53
7.7	Cessação da curadoria do ausente	53
7.8	Procedimento da primeira fase.....	54
8	Sucessão provisória	54
8.1	Sucessão provisória quando o ausente <i>não</i> deixa procurador	55
8.2	Sucessão provisória quando o ausente <i>deixa</i> procurador.....	55
8.3	Legitimados para requerer a abertura da sucessão provisória.....	56
8.4	Registro e efeitos da sentença que abre a sucessão provisória	57
8.5	Efeitos da sentença que abre a sucessão provisória	57
8.6	Cessa�o da sucessão provisória.....	59
9	Sucessão definitiva	60

CAPÍTULO III – CAPACIDADE, LEGITIMAÇÃO E ESTADO	61
1 Capacidade de direito ou de gozo	61
2 Capacidade de fato ou de exercício	63
3 Legitimação.....	64
4 Estado	65
4.1 Conceito.....	65
4.2 O estado no direito pátrio.....	67
4.3 Características do estado civil. Uma análise crítica.....	69
4.4 Título de estado.....	71
4.5 Posse de estado.....	73
4.6 Conteúdo do estado.....	73
4.7 Ações de estado	74
4.7.1 Conceito	74
4.7.2 Ações de estado constitutivas e declarativas.....	74
4.7.3 Legitimados nas ações de estado.....	74
4.7.4 Efeitos <i>erga omnes</i> das sentenças nas ações de estado.....	75
CAPÍTULO IV – INCAPACIDADE ABSOLUTA E RELATIVA	77
1 Incapacidade	77
1.1 Incapacidade. Graus. Finalidade. Proteção	77
1.2 Suprimento da incapacidade	79
1.3 Sanção.....	79
1.4 Incapacidade absoluta e relativa	80
2 Incapacidade absoluta em razão da idade	80
2.1 Capacidade negocial.....	81
2.2 A autonomia concedida ao menor	81
2.3 Capacidade de estar em juízo.....	82
2.4 Absolutamente incapaz e responsabilidade civil	83
2.5 A representação legal do menor	83
3 Incapacidade relativa	85
3.1 Idade	85
3.1.1 A autonomia concedida ao menor.....	86
3.1.2 Conflito entre o representante e o menor relativamente incapaz. Anulabilidade	87
3.1.3 Capacidade extranegocial. Responsabilidade civil	87
3.1.4 Emancipação.....	88
3.1.4.1 Emancipação voluntária	89
3.1.4.2 Emancipação judicial	90
3.1.4.3 Emancipação legal	90
3.1.4.3.1 Emancipação pelo casamento.....	90
3.1.4.3.2 Emancipação pelo exercício de emprego público efetivo	92
3.1.4.3.3 Emancipação pela colação de grau em curso superior.....	92

3.1.4.3.4	Emancipação pelo estabelecimento civil ou comercial com economia própria.....	92
3.1.4.3.5	Emancipação pela existência de relação de emprego, com economia própria	92
3.2	Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos.....	93
3.3	Impossibilidade de manifestação de vontade.....	93
3.3.1	Surdos-mudos. Uma análise crítica	93
3.4	Os pródigos. Uma análise crítica	95
3.4.1	Evolução histórica	95
3.4.2	Conceito, fundamento e requisitos tradicionalmente aceitos	95
3.4.3	Efeitos da prodigalidade.....	97
3.4.4	Análise crítica da prodigalidade.....	97
3.5	Proteção dos relativamente incapazes.....	99
3.5.1	Anulabilidade dos atos	99
3.5.2	Capacidade de direito. Suprimento da incapacidade de fato	99
3.5.3	Prescrição.....	99
3.5.4	Mútuo	100
3.5.5	Contrato de jogo ou aposta	100
3.5.6	Obrigação anulada	100
3.5.7	Partilha	100
4	Ação de interdição	100
4.1	Legitimação	100
4.2	Competência.....	102
4.3	Aspectos processuais	102
4.4	A sentença de interdição e seu conteúdo.....	103
4.5	A publicidade da sentença.....	104
4.6	A cessação da incapacidade.....	105
4.7	Curatela. Remissão	105
4.8	Proteção aos interditados.....	105

CAPÍTULO V – DIREITOS DA PERSONALIDADE..... 107

1	Direitos fundamentais	107
1.1	Os direitos fundamentais. Terminologia e antecedentes históricos	107
1.2	Os direitos fundamentais e os princípios constitucionais	109
1.3	Reflexos dos direitos fundamentais nas relações de direito privado	110
2	Conceito de direitos da personalidade.....	120
3	Natureza jurídica dos direitos da personalidade	121
3.1	Doutrina que nega a categoria do direito subjetivo	121
3.2	Doutrina que reconhece a categoria do direito subjetivo.....	123
3.3	Direitos da personalidade como categoria aut�noma no sistema dos direitos subjetivos.....	123
3.4	Atipicidade dos direitos da personalidade	124
4	Características dos direitos da personalidade	125
4.1	Direitos inatos	125

4.2	Direitos vitalícios	126
4.3	Direitos absolutos	126
4.4	Direitos relativamente indisponíveis	127
4.5	Direitos extrapatrimoniais	128
4.6	Direitos intransmissíveis e irrenunciáveis	129
4.7	Direitos imprescritíveis	129
4.8	Direitos de objeto interior (dupla inerência)	130
5	A proteção dos direitos da personalidade	130
5.1	As dimensões (gerações) dos direitos fundamentais	130
5.2	Fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais	132
5.3	Proteção na declaração universal dos direitos do homem	138
5.4	A proteção no direito constitucional	139
5.5	A proteção no direito administrativo	142
5.6	A proteção no direito penal	142
5.7	A proteção no direito processual	144
5.8	A proteção no direito civil	146
6	Os direitos da personalidade	148
6.1	Direito à vida	148
6.1.1	Proteção do nascituro. Remissão	150
6.1.2	Aborto	153
6.1.2.1	Análise sobre o enfoque dos direitos fundamentais em conflito	154
6.1.2.2	Análise sobre o enfoque do direito infraconstitucional	156
6.1.2.3	Hipóteses de permissibilidade do aborto. O anencéfalo	157
6.1.3	Reprodução assistida. O embrião	160
6.1.4	Direito a uma morte digna	165
6.1.4.1	Questões preliminares	165
6.1.4.2	Princípios e regras que fundamentam o direito a uma morte digna	167
6.1.4.3	A manifestação de vontade	170
6.1.4.4	Testamento vital (diretivas antecipadas de vontade)	171
6.1.4.5	O testamento vital na Resolução nº 1.995/2012 do Conselho Federal de Medicina	172
6.1.4.6	Medidas terapêuticas para se proporcionar uma morte digna	173
6.1.5	Proteção <i>post mortem</i>	175
6.1.5.1	Os legitimados para proteção <i>post mortem</i>	177
6.2	Direito ao próprio corpo	178
6.2.1	Uso do próprio corpo consagrado pelos costumes	179
6.2.2	Transfusão de sangue	179
6.2.3	Esterilização (vasectomia e laqueadura tubária)	181
6.2.4	Transplantes	181

6.2.4.1	Noções preliminares.....	181
6.2.4.2	Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em vida.....	183
6.2.4.3	Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano <i>post mortem</i>	183
6.2.5	Mudança de sexo.....	185
6.2.5.1	Noções preliminares.....	185
6.2.5.2	Natureza jurídica da mudança de sexo.....	186
6.2.5.3	Princípios e regras que fundamentam o direito à mudança de sexo.....	186
6.2.5.4	Efeitos no registro civil.....	189
6.2.5.5	Efeitos no direito de família	193
6.3	Direito à identidade.....	195
6.3.1	A identidade estática e a identidade dinâmica.....	195
6.3.2	Importância da identificação da pessoa.....	196
6.3.3	O nome	197
6.3.3.1	Noções gerais.....	197
6.3.3.2	Natureza jurídica do nome. Teorias	198
6.3.3.3	Elementos do nome.....	198
6.3.3.4	Princípio da imutabilidade do nome e suas exceções	199
6.3.3.5	Proteção jurídica do nome	202
6.3.3.6	Nome social	203
6.3.4	Lesão à identidade dinâmica	204
6.4	Direito à liberdade	204
6.5	Direito à igualdade	205
6.6	Direito à segurança.....	207
6.7	Direito à honra	208
6.8	Direito à imagem	210
6.9	Direito ao sigilo.....	213
6.10	Direito à privacidade	215
6.11	Direito ao planejamento familiar.....	219
6.12	Obrigatoriedade do exame genético de DNA	220
6.13	Direitos do autor	223
7	Direitos da personalidade de pessoa jurídica. Remissão.....	226
8	Clonagem humana.....	226

CAPÍTULO VI – PESSOAS JURÍDICAS	229
1 Noção preliminar	229
2 Conceito	230
2.1 Terminologia	230
2.2 Conceito.....	231
3 Função socioeconômica.....	231
4 Natureza jurídica.....	233

4.1	A classificação das teorias.....	233
4.2	Teoria da ficção	234
4.3	Teorias realistas	235
4.3.1	Teoria do órgão.....	235
4.3.2	Teoria da instituição	236
4.3.3	Teoria da realidade técnica	237
4.4	Teorias negatórias	237
4.4.1	Teoria do patrimônio coletivo.....	238
4.4.2	Teoria do patrimônio afetado.....	238
4.5	A natureza jurídica em face do direito brasileiro	238
5	Elementos da pessoa jurídica	239
5.1	Elemento material.....	240
5.1.1	Pessoas.....	240
5.1.2	Patrimônio	241
5.2	Elemento formal (reconhecimento).....	241
5.2.1	A normatividade. Tipicidade das pessoas jurídicas.....	241
5.2.2	O ato constitutivo.....	242
5.2.3	O registro.....	243
5.3	Elemento teleológico (finalidade).....	244
6	Classificação das pessoas jurídicas	244
6.1	Pessoas jurídicas de direito público externo	245
6.2	Pessoas jurídicas de direito público interno.....	245
6.3	Pessoas jurídicas de direito privado	252
7	Capacidade da pessoa jurídica	252
7.1	Capacidade de direito.....	252
7.2	Capacidade de exercício.....	253
8	Direitos da personalidade.....	255
9	Domicílio. Nacionalidade. Nome	258
9.1	Domicílio. Remissão.....	258
9.2	Nacionalidade.....	259
9.3	Nome	260
10	Responsabilidade da pessoa jurídica	260
10.1	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado	260
10.1.1	Responsabilidade contratual.....	260
10.1.2	Responsabilidade civil por atos ilícitos	263
11.	Responsabilidade civil do estado	264
11.1	Evolução histórica da responsabilidade civil do estado.....	264
11.2	Responsabilidade das pessoas de direito público à luz da CR/1988 e do Código Civil.....	265
11.3	Responsabilidade do estado por condutas omissivas.....	267
11.4	Casos de responsabilidade reconhecidos pela doutrina e jurisprudência..	268
11.5	Prescrição.....	270
12	Responsabilidade penal.....	271
13	Extinção da pessoa jurídica	273

13.1	Causas de dissolução	273
13.1.1	Dissolução voluntária	274
13.1.2	Dissolução legal	276
13.1.3	Dissolução por ato governamental (administrativa)	277
13.1.4	Dissolução judicial	278
13.2	Liquidação (destino dos bens) e averbação do cancelamento	279
13.2.1	Liquidação e averbação da dissolução das sociedades	279
13.2.2	Liquidação e averbação da dissolução das associações	279
13.2.3	Liquidação e averbação da dissolução das fundações	281
14	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	281
14.1	Personalidade da pessoa jurídica	281
14.2	Terminologia	282
14.3	Origem e evolução	282
14.4	Teorias sobre a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	285
14.5	Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no direito brasileiro	286
14.5.1	Posição adotada	287
14.5.2	Desconsideração no Código Civil	288
14.5.2.1	Efeitos da desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	289
14.5.3	Desconsideração no Código de Defesa do Consumidor	290
14.5.3.1	A interpretação do § 5º do art. 28 do CDC	291
14.5.4	Desconsideração no Direito Tributário	291
14.5.5	Desconsideração inversa	292
15	Entes sem personalidade	293
15.1	Família. Sociedades não personificadas. Herança jacente e vacante. Massa falida. Espólio	293
15.2	Condomínio	295
16	Associações	299
16.1	Constituição e finalidade não econômica	299
16.2	Conteúdo do ato constitutivo das associações	300
16.3	Isonomia dos associados. Categorias especiais	300
16.4	Intransmissibilidade da qualidade de associado. Transferência de quota. Efeitos	300
16.5	Exclusão do associado. Recurso	300
16.6	Intangibilidade dos direitos dos associados	301
16.7	Competência privativa da assembleia-geral	302
16.8	Convocação dos órgãos deliberativos	302
16.9	Dissolução da associação. Destino dos bens. Remissão	302
17	Fundações	303
17.1	Constituição de fundação. Formas	303
17.2	Finalidade da fundação	303
17.3	Insuficiência dos bens afetados. Efeitos	304
17.4	Transferência de propriedade dos bens afetados	304

17.5	Elaboração dos estatutos da fundação	304
17.6	Fiscalização das fundações. Atribuição do Ministério Público	305
17.7	Alteração do estatuto da fundação. Requisitos	305
17.8	Ciência da minoria. Impugnação	305
17.9	Extinção da fundação	306
17.10	Destinação dos bens	306
18	Sociedades (simples e empresárias)	306
19	Organizações religiosas e partidos políticos	307
20	Empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI)	308
CAPÍTULO VII – DOMICÍLIO		309
1	Domicílio da pessoa física	309
1.1	A vinculação do homem com o lugar	309
1.2	Classificação do domicílio	310
1.3	Conceito e características do domicílio voluntário	311
1.4	Natureza jurídica do domicílio	313
1.5	Diferença entre domicílio, residência e moradia (habitação)	314
1.6	Pluralidade de domicílio	315
1.7	Pessoa sem residência	316
1.8	Domicílio profissional	317
1.9	Domicílio do diplomata	317
1.10	Mudança de domicílio	318
1.11	Domicílio legal ou necessário	319
1.12	Domicílio de eleição. Especial ou negocial	320
1.13	Domicílio eleitoral	321
1.14	Relevância jurídica do domicílio no direito civil	322
1.15	Relevância do domicílio no processo civil	323
2	A sede da pessoa jurídica	324
2.1	Domicílio da pessoa jurídica de direito público externo	324
2.2	Domicílio da pessoa jurídica de direito público interno	324
2.3	Domicílio da pessoa jurídica de direito privado	325
CAPÍTULO VIII – OBJETO DO DIREITO. OS BENS		327
1	Objeto do direito subjetivo	327
1.1	Objeto do direito subjetivo	327
1.2	Conteúdo do direito subjetivo	328
1.3	Objeto da relação jurídica	329
2	Bem e coisa	330
2.1	Conceito de bem e de coisa. Divergência doutrinária	330
2.2	Características dos bens	333
3	Prestações e direitos como objeto	335
3.1	Prestações	335
3.2	Direitos como objeto de direito	336
4	A empresa e o estabelecimento empresarial	338

4.1	A empresa	338
4.2	O estabelecimento empresarial	340
5	Patrimônio	341
5.1	Conceito de patrimônio	341
5.1.1	Várias acepções do patrimônio	341
5.1.2	Patrimônio global.....	341
5.1.3	Patrimônio ativo.....	342
5.1.3.1	Patrimônio bruto	342
5.1.3.2	Patrimônio líquido	342
5.2	Teorias sobre o patrimônio.....	343
5.2.1	Teoria personalista ou subjetiva do patrimônio.....	343
5.2.2	Teoria objetiva do patrimônio.....	344
5.2.3	Críticas às teorias	345
5.3	Conteúdo do patrimônio	345
5.3.1	Teoria do patrimônio mínimo.....	347
5.4	Patrimônio e círculo de direitos (esfera jurídica).....	347
5.5	Características do patrimônio.....	348
5.6	Tipos de patrimônio.....	349
5.6.1	Patrimônio geral.....	350
5.6.2	Patrimônio separado ou autônomo	350
5.7	O patrimônio como garantia dos credores.....	351
5.7.1	As várias classes de credores.....	352
6	Classificação dos bens	353
7	Bens considerados em si mesmos.....	354
7.1	Bens corpóreos e incorpóreos.....	354
7.2	Bens móveis e imóveis.....	354
7.2.1	Bens imóveis	355
7.2.2	Bens móveis	357
7.3	Bens fungíveis e infungíveis	358
7.4	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	360
7.5	Bens divisíveis e indivisíveis	360
7.6	Bens singulares e coletivos.....	361
8	Bens reciprocamente considerados	361
8.1	Bem principal e acessório.....	361
8.2	Frutos.....	362
8.3	Produtos.....	364
8.4	Rendimentos.....	364
8.5	Partes integrantes.....	364
8.6	Pertenças	366
8.7	Acessões	367
8.8	Benfeitorias.....	368
8.8.1	Conceito	368
8.8.2	Classificação das benfeitorias	369
8.8.3	Relevância jurídica das benfeitorias	372

9	Bens subjetivamente considerados	373
9.1	Os bens considerados em relação aos titulares	373
9.2	Os bens públicos	373
9.2.1	Bens de uso comum do povo.....	374
9.2.2	Bens de uso especial.....	375
9.2.3	Bens dominicais	376
9.2.4	Regime jurídico e natureza dos bens públicos	376
9.2.5	Afetação e desafetação dos bens públicos.....	378
9.3	Os bens particulares	379
10	Bens considerados em relação à sua negociabilidade	379
11	Bem de família.....	380
11.1	Introdução	380
11.2	Origem e finalidade do bem de família	381
11.3	Bem de família convencional e legal	382
11.4	Bem de família convencional	382
11.4.1	Conceito	383
11.4.2	Localização no Código Civil	383
11.4.3	Legitimidade para instituir bem de família convencional	384
11.4.4	Forma da manifestação de vontade na constituição do bem de família convencional	385
11.4.5	Registro do bem de família convencional como elemento constitutivo	385
11.4.6	Objeto do bem de família convencional	386
11.4.7	Limitações em relação ao objeto	388
11.4.8	Efeitos do bem de família convencional.....	389
11.4.9	Exceções à impenhorabilidade	390
11.4.10	Administração do bem de família convencional	391
11.4.11	Extinção do bem de família convencional	391
11.4.12	Natureza jurídica	392
11.5	Bem de família legal	393
11.5.1	Introdução.....	393
11.5.2	Conceito	394
11.5.3	Beneficiados.....	394
11.5.4	Objeto	395
11.5.4.1	Imóvel.....	395
11.5.4.1.1	Imóvel residência da família	396
11.5.4.1.2	Imóvel de elevado valor	396
11.5.4.1.3	Proprietário de mais de um imóvel. Imóvel de menor valor	397
11.5.4.1.4	Imóvel em construção.....	397
11.5.4.2	Plantações e benfeitorias.....	398
11.5.4.3	Móveis que guarnecem o imóvel	398
11.5.5	Efeitos do bem de família legal.....	399
11.5.5.1	Impenhorabilidade	400
11.5.5.2	Exceções à impenhorabilidade.....	400

11.5.6	Oferecimento do bem de família à penhora. Renúncia	405
11.6	Teses do STJ sobre bem de família	405
12	Registro dos bens	407
12.1	Registro dos bens imóveis.....	407

CAPÍTULO IX – FATO JURÍDICO: AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS DIREITOS		409
1	Fato jurídico.....	409
1.1	O tratamento dos fatos jurídicos no direito brasileiro.....	409
1.2	Os fatos.....	410
1.3	Os fatos jurídicos. Conceito	411
1.4	Classificação dos fatos jurídicos	414
1.4.1	A classificação de Pontes de Miranda.....	415
1.5	Classificação adotada	418
1.5.1	Fatos naturais ou externos (fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>).....	419
1.5.1.1	Ordinários e extraordinários.....	420
1.5.2	Fatos humanos (atos jurídicos <i>lato sensu</i>)	420
1.5.2.1	Lícitos e ilícitos.....	421
1.5.3	Fatos humanos lícitos	422
1.5.3.1	Ato-fato jurídico	422
1.5.3.2	Ato jurídico <i>stricto sensu</i>	424
1.5.3.3	Negócio jurídico.....	425
1.5.3.4	Outras classificações.....	425
1.6	Efeitos	426
2	Aquisição dos direitos	427
2.1	Aquisição originária e derivada	428
2.2	Direitos atuais e futuros	429
2.3	Diferença entre direito condicional, direito eventual e expectativa de direito.....	430
3	Modificação dos direitos.....	431
3.1	Modificação subjetiva. Sucessão	431
3.1.1	Sucessão universal e singular.....	432
3.2	Modificação objetiva	432
3.2.1	Modificação quantitativa.....	432
3.2.2	Modificação qualitativa	433
4	Extinção e perda dos direitos	433
4.1	Casos de extinção de direito.....	434
4.1.1	Morte do sujeito	434
4.1.2	Perecimento do objeto.....	434
4.1.3	Prescrição e decadência. Remissão	435
4.2	Casos de perda de direito.....	436
4.2.1	Alienação.....	436
4.2.2	Renúncia.....	436
4.2.3	Abandono.....	437
4.2.4	Desapropriação.....	437

CAPÍTULO X – ATO JURÍDICO LÍCITO	439
1 Conceito	439
2 Classificação dos atos jurídicos.....	442
2.1 Atos que têm por fim imediato um resultado de fato	443
2.2 Atos cujos efeitos jurídicos só se produzem quando se cumpre o resultado de fato (ato-fato, atos reais)	444
2.3 Atos que consistem em manifestações de conhecimento.....	445
2.4 Manifestações de sentimento	445
3 Numerus clausus dos atos jurídicos	446
4 Estatuto dos atos jurídicos	446
CAPÍTULO XI – NEGÓCIO JURÍDICO.....	449
1 Autonomia privada	449
1.1 Noção de autonomia de vontade, autonomia privada e autodeterminação.....	449
1.2 Fundamentos clássicos da autonomia privada.....	452
1.3 Retificações ao dogma da autonomia privada	452
2 Negócio jurídico.....	458
2.1 O termo <i>negócio jurídico</i> . A pandectística.....	458
2.2 Conceito de negócio jurídico	460
3 A vontade	461
3.1 A vontade e o negócio jurídico	461
3.2 Importância da vontade no negócio jurídico.....	462
3.3 Teorias sobre a vontade no negócio jurídico.....	464
3.3.1 Teoria voluntarista	464
3.3.2 Teoria da declaração	465
3.3.3 Teorias da declaração como preceito e normativa.....	465
3.4 A declaração da vontade	467
3.4.1 Divergência entre a vontade interna e a declaração de vontade ..	467
3.4.2 Classificação das declarações de vontade	469
3.4.2.1 Declarações expressas e tácitas	469
3.4.2.2 Declarações receptícias e não receptícias	470
3.4.3 O silêncio e seu valor jurídico	471
4 Figuras de duvidoso caráter negocial	472
CAPÍTULO XII – CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	473
1 Classificação dos negócios jurídicos	473
1.1 Dificuldade e necessidade de classificação.....	473
1.2 Critérios de classificação adotados pela doutrina	474
1.3 Classificação adotada	476
2 Classificação segundo o número de participantes.....	477
2.1 Negócios unilaterais e bilaterais ou plurilaterais	477
2.1.1 Negócios unilaterais e bilaterais unipessoais e pluripessoais	477

2.1.2	Negócios unilaterais receptícios e não receptícios.....	478
2.1.3	Negócios unilaterais pluripessoais coletivos ou complexos	478
2.1.4	Negócios bilaterais simples e sinalagmáticos	478
3	Classificação segundo a eficácia do negócio jurídico	479
3.1	Negócios <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i>	479
3.2	Negócios patrimoniais e extrapatrimoniais	480
3.3	Negócios dispositivos, obrigacionais e de administração	481
3.3.1	Negócios dispositivos	481
3.3.2	Negócios obrigacionais.....	482
3.3.3	Diferente tratamento normativo dos negócios de disposição e obrigacionais	482
3.3.4	Negócios de administração	483
3.4	Negócios constitutivos e declarativos.....	484
4	Classificação segundo a forma do negócio jurídico	484
4.1	Negócios não formais, formais ou solenes	484
4.2	Negócios consensuais e reais.....	485
5	Classificação segundo a atribuição patrimonial do negócio jurídico	486
5.1	Negócios onerosos e gratuitos.....	486
5.1.1	Diferente tratamento normativo dos negócios onerosos e gratuitos.....	486
5.2	Negócios comutativos e aleatórios.....	487
5.3	Causais e abstratos	487
5.3.1	Diferente tratamento normativo dos negócios causais e abstratos.....	489
5.4	Negócio fiduciário	489
6	Classificação segundo o nexa entre vários negócios jurídicos	491
6.1	Negócios principais e acessórios.....	491

CAPÍTULO XIII – ELEMENTOS E REQUISITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS		493
1	Considerações gerais	493
1.1	Conceitos filosóficos de elementos, estrutura e requisitos.....	493
1.2	Divergência terminológica na doutrina.....	494
1.3	Critério adotado.....	496
2	Três planos do mundo jurídico	497
2.1	Plano da existência	498
2.2	Plano da validade	499
2.3	Plano da eficácia	499
3	Elementos do negócio jurídico (pressupostos de existência).....	500
3.1	Sujeito.....	500
3.2	Manifestação de vontade. Remissão.....	500
3.3	Objeto.....	500
3.4	Forma	501
4	Requisitos do negócio jurídico (pressupostos de validade)	501

5	Capacidade dos sujeitos	501
5.1	Outorgantes	502
5.2	Partes	502
5.3	Representantes. Remissão	503
5.4	Sucessores	503
5.4.1	Sucessores a título universal	504
5.4.2	Sucessores a título singular	504
5.4.3	Sucessores legais e voluntários	504
5.5	Terceiros	505
5.6	Credores	505
5.7	<i>Penitus extranei</i> ou terceiros propriamente ditos	505
5.8	Efeitos dos negócios jurídicos sobre os sujeitos e terceiros	506
5.8.1	Efeitos dos negócios jurídicos sobre as partes	506
5.8.2	Efeitos dos negócios jurídicos sobre os sucessores	506
5.8.3	Efeitos dos negócios jurídicos sobre os credores	507
5.8.4	Efeitos dos negócios jurídicos sobre os terceiros	507
6	Liberdade da manifestação de vontade	508
7	Idoneidade do objeto	508
7.1	Diferença entre objeto e conteúdo do negócio jurídico	508
7.2	Teorias sobre o objeto do negócio jurídico	509
7.2.1	Teorias amplas	510
7.2.2	Teorias intermediárias	510
7.2.3	Teorias restritivas	510
7.2.4	Posição adotada	511
7.3	Requisitos do objeto	511
7.3.1	Licitude	512
7.3.2	Possibilidade	513
7.3.2.1	Espécies de impossibilidade	514
7.3.2.2	Efeitos da impossibilidade	514
7.3.3	Determinabilidade	515
7.3.4	Patrimonialidade	515
7.4	A pessoa não pode ser objeto de negócio jurídico	516
8	Adequação da forma	517
8.1	Noção	517
8.2	A forma no direito pátrio	518
9	Causa	519
9.1	Noções gerais	519
9.2	Evolução doutrinária	519
9.3	Teoria subjetivista	520
9.4	Teoria objetivista	520
9.5	Teoria eclética	521
9.6	Teoria anticausalista	522
9.7	Diferença entre causa e motivos	522

CAPÍTULO XIV – REPRESENTAÇÃO	523
1 Noções gerais.....	523
2 Conceito, requisitos e natureza jurídica da representação	524
2.1 Conceito	524
2.2 Requisitos da representação	525
2.2.1 Atuação em nome de outrem	525
2.2.2 Para a prática de atos negociais	526
2.2.3 No interesse do representado	526
2.2.4 Incidência dos efeitos jurídicos na esfera jurídica do representa- do	526
2.3 Natureza jurídica.....	527
2.3.1 Teoria da ficção.....	527
2.3.2 Teoria da substituição.....	527
2.3.3 Teoria do órgão.....	528
3 Representação e institutos afins	529
3.1 A representação e o nuncio	529
3.2 Representação e mandato	530
4 Classificação da representação	530
4.1 Representação ativa e passiva.....	530
4.2 Representação direta e indireta.....	531
4.3 Representação legal, convencional e judicial. Representante aparente.....	533
5 Representação legal.....	533
6 Representação voluntária.....	535
6.1 Os sujeitos da representação	535
6.2 O objeto da representação	537
6.3 O conteúdo da representação.....	537
6.3.1 Deveres e obrigações do representante (mandatário)	538
6.3.2 Deveres e obrigações do representado (mandante).....	539
7 O poder de representação	539
7.1 Natureza jurídica.....	540
7.2 A procuração	541
8 Extinção da representação	543
CAPÍTULO XV – INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	545
1 Conceito	545
2 Interpretação das leis e dos negócios jurídicos	548
3 Finalidade e objeto de interpretação	550
4 Critérios de interpretação	551
4.1 Interpretação subjetiva.....	551
4.2 Interpretação objetiva.....	552
5 Princípios de interpretação dos negócios jurídicos.....	552
5.1 Princípio da boa-fé	552
5.2 Princípio da conservação do negócio jurídico.....	554
5.3 Princípio da conduta posterior das partes.....	555

5.4	Princípio do <i>favor debitoris</i>	556
6	Elementos de interpretação dos negócios jurídicos	556
6.1	Interpretação gramatical.....	556
6.2	Interpretação sistemática	557
6.3	Interpretação histórica do negócio jurídico	557
6.4	Interpretação finalista do negócio jurídico	557
6.5	Interpretação segundo o intérprete do negócio jurídico	558
7	Os usos dos negócios como critério de interpretação.....	558
8	Interpretação de determinados negócios jurídicos	559
8.1	Negócios gratuitos	559
8.2	Negócios formais	559
8.3	Declarações receptícias e não receptícias	559
8.4	Negócios <i>mortis causa</i> (testamentos).....	559
8.5	Contrato de adesão ou com cláusulas predispostas	560
8.6	Interpretação nas relações consumeristas	560
8.7	Reserva mental. Remissão	560
8.8	Silêncio. Remissão	560

CAPÍTULO XVI – ELEMENTOS ACIDENTAIS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS		
	(CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO).....	561
1	Elementos acidentais do negócio jurídico	561
1.1	Diferença entre elementos essenciais e acidentais.....	561
1.2	Conceito de elementos acidentais.....	562
1.3	Os elementos acidentais.....	563
2	Condição	564
2.1	Conceito	564
2.2	Requisitos da condição.....	565
2.2.1	Requisito da voluntariedade	566
2.2.2	Requisito da determinação	566
2.2.3	Requisito da futuridade	566
2.2.4	Requisito da incerteza.....	567
2.2.5	Requisito da possibilidade	568
2.2.6	Requisito da licitude	568
2.3	Negócios jurídicos que não admitem condição.....	568
2.3.1	Negócios incondicionais por expressa determinação legal	569
2.3.2	Negócios incondicionais sem expressa determinação legal	569
2.3.3	Consequências da condição aposta em negócios incondicionais	569
2.4	Classificação das condições.....	570
2.4.1	Condições casuais, potestativas e mistas.....	570
2.4.2	Condições positivas e negativas	571
2.4.3	Condições suspensivas e resolutivas.....	572
2.4.3.1	Efeitos do direito condicional enquanto pende a condição suspensiva	572

2.4.3.2	Efeitos do direito condicional quando a condição suspensiva se realiza	574
2.4.3.3	Efeitos do direito condicional quando a condição suspensiva é falha.....	576
2.4.3.4	Efeitos do direito condicional enquanto pende a condição resolutiva.....	577
2.4.3.5	Efeitos do direito condicional quando a condição resolutiva se realiza	577
2.4.3.6	Efeitos do direito condicional quando a condição resolutiva é falha.....	578
2.4.4	Condições que determinam a invalidade do negócio jurídico ...	578
2.4.4.1	Condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas	579
2.4.4.2	Condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita	580
2.4.4.2.1	Condições contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes	581
2.4.4.2.2	Condições que privam de todo efeito o negócio jurídico, por serem incompreensíveis ou contraditórias (perplexas)	583
2.4.4.2.3	Condições que subordinam o efeito do negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes (condições potestativas)	583
2.4.5	Condições consideradas inexistentes	584
2.4.6	A condição maliciosamente obstada ou provocada pelo interessado.....	585
3	Termo.....	585
3.1	Conceito	585
3.2	Semelhanças e diferenças entre a condição e o termo	587
3.3	Espécies de termo	587
3.3.1	Expresso e tácito.....	588
3.3.2	Certo e determinado e certo, mas indeterminado.....	588
3.3.3	Essencial e não essencial	589
3.3.4	Termo inicial e termo final	590
3.4	Prazo.....	590
3.5	A mora.....	591
3.5.1	Requisitos da mora.....	592
3.5.1.1	A existência de obrigação líquida	592
3.5.1.2	O vencimento da obrigação.....	592
3.5.1.3	A culpa	593
3.5.1.4	Interesse econômico para o credor no cumprimento da obrigação	593
3.5.2	Efeitos da mora do devedor.....	593
3.5.3	Efeitos da mora do credor.....	593

4	Encargo.....	594
4.1	Conceito.....	594
4.2	Diferença entre encargo e condição.....	594
4.3	O regime do encargo.....	595
4.4	Consequência do descumprimento do encargo.....	595
4.5	O encargo na doação e no direito sucessório.....	596
5	Pressuposição.....	597
CAPÍTULO XVII – DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....		599
1	Defeitos do negócio jurídico.....	599
1.1	Noção geral.....	599
1.2	Os vícios da vontade.....	600
1.3	Os vícios sociais.....	601
2	Erro.....	601
2.1	Conceito.....	601
2.2	Fundamento do erro como vício da vontade.....	602
2.3	Requisitos do erro.....	603
2.3.1	O erro deve ser substancial.....	603
2.3.1.1	Erro substancial quanto à natureza do negócio.....	603
2.3.1.2	Erro substancial quanto ao objeto do negócio ou suas qualidades essenciais.....	604
2.3.1.3	Erro substancial quanto à pessoa.....	604
2.3.1.4	Erro na indicação de pessoa ou coisa.....	604
2.3.1.5	Erro de direito.....	605
2.3.1.6	Diferença entre erro substancial e vício redibitório..	606
2.3.2	O erro deve ser escusável ou desculpável.....	606
2.3.3	O erro deve ser perceptível pela outra parte (princípio da recognoscibilidade).....	607
2.4	Erro-obstáculo ou impróprio e erro-vício ou próprio.....	608
2.5	Transmissão errônea da vontade.....	609
2.6	Erro e falso motivo.....	610
2.7	Execução do negócio jurídico na conformidade da vontade real do manifestante.....	610
2.8	Prova do erro.....	611
2.9	Efeitos do erro. Interesse negativo.....	611
2.10	Erro nos negócios unilaterais e bilaterais.....	611
3	Dolo.....	612
3.1	Conceito.....	612
3.2	Diferença entre dolo e erro.....	612
3.3	Diferença entre dolo e fraude.....	613
3.4	Requisitos do dolo.....	613
3.4.1	Intenção de enganar o outro contraente.....	614
3.4.2	Induzir o outro contraente em erro ou engano.....	614
3.4.3	Causar prejuízo ao outro contraente.....	614

3.4.4	Angariar benefício para o seu autor ou terceiro	614
3.4.5	O dolo deve ser a causa determinante da realização do negócio jurídico.....	615
3.5	Espécies de dolo	615
3.5.1	Dolo principal e dolo acidental	615
3.5.2	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	615
3.5.3	Dolo positivo e dolo negativo.....	616
3.6	Dolo de terceiro.....	616
3.7	Dolo do representante	617
3.8	Dolo bilateral	618
3.9	Prova do dolo	618
3.10	Efeitos do dolo.....	618
4	Coação.....	618
4.1	Conceito.....	618
4.2	Requisitos da coação	620
4.2.1	Ser a causa do negócio jurídico	620
4.2.2	Ser grave	620
4.2.3	Ser injusta.....	621
4.2.4	Ser atual ou iminente.....	621
4.2.5	Recair sobre a pessoa da vítima, sua família ou de outras pessoas, ou de seus bens.....	622
4.2.6	Intensidade da ameaça	622
4.3	Causas de exclusão da coação	623
4.3.1	O exercício normal de um direito. Remissão	623
4.3.2	O temor reverencial	623
4.4	Coação de terceiros.....	624
5	Estado de perigo.....	624
5.1	Terminologia	624
5.2	Conceito	625
5.3	Diferença entre estado de perigo e coação	626
5.4	Diferença entre estado de perigo e lesão	626
5.5	Requisitos do estado de perigo	627
5.5.1	Estado de necessidade	627
5.5.2	Perigo de dano atual ou iminente	627
5.5.3	Perigo de dano grave.....	627
5.5.4	Perigo de dano sobre a pessoa do declarante, de sua família ou de outras pessoas	628
5.5.5	Conhecimento do perigo pela outra parte.....	628
5.5.6	Assunção de obrigação excessivamente onerosa	628
5.6	Efeitos do estado de perigo.....	629
6	Lesão.....	629
6.1	Evolução histórica.....	629
6.2	Conceito	631
6.3	Elementos da lesão.....	632

6.3.1	Elemento objetivo	632
6.3.1.1	Desproporção entre as prestações	632
6.3.1.2	Momento de sua verificação.....	632
6.3.2	Elemento subjetivo.....	633
6.3.2.1	Em relação à vítima	633
6.3.2.2	Em relação ao lesante	633
6.4	Efeitos da lesão	634
7	Simulação. Remissão	634
8	Reserva mental	635
9	Fraude contra credores.....	636
9.1	Os meios de conservação da garantia patrimonial.....	636
9.2	Conceito	637
9.3	Requisitos.....	638
9.4	As hipóteses de fraude contra credores no Código Civil	639
9.4.1	Atos de transmissão gratuita de bens	640
9.4.2	A remissão de dívidas	640
9.4.3	Atos de transmissão onerosa de bens	641
9.4.4	O pagamento de dívida ainda não vencida.....	642
9.4.5	As garantias de dívidas oferecidas pelo devedor insolvente	643
9.5	Atos válidos praticados pelo devedor insolvente.....	643
9.6	A ação revocatória ou pauliana.....	644
9.6.1	Legitimação <i>ad causam</i>	646
9.6.1.1	Legitimação ativa para a ação revocatória ou pauliana.....	646
9.6.1.2	Legitimação passiva para a ação revocatória ou pauliana	647
9.6.2	Efeitos da ação revocatória ou pauliana.....	647
9.6.3	Decadência da ação revocatória ou pauliana	648
9.7	Fraude à execução.....	648

CAPÍTULO XVIII – INVALIDADE E INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO 649

1	Três planos do mundo jurídico. Remissão.....	649
2	Teoria da invalidade.....	649
2.1	Terminologia	649
2.2	Conceito e graus de invalidade	650
3	Nulidade	651
3.1	Conceito	651
3.2	Características	652
3.3	Causas de nulidade	653
3.3.1	Quando praticado por pessoa absolutamente incapaz.....	653
3.3.2	Quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto ...	654
3.3.3	Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.....	655
3.3.4	Quando não revestir a forma prescrita em lei.....	655

3.3.5	Quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.....	655
3.3.6	Quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.....	656
3.3.6.1	Fraude à lei.....	656
3.3.6.2	Diferença entre fraude à lei e outras figuras.....	656
3.3.6.3	Âmbito de aplicação da fraude à lei	657
3.3.6.4	Efeitos da fraude à lei	658
3.3.7	Quando a lei taxativamente o declarar nulo ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.....	658
4	Simulação.....	658
4.1	Conceito.....	658
4.2	Hipóteses de simulação.....	659
4.3	Requisitos.....	659
4.3.1	Acordo dos contratantes.....	660
4.3.2	Desconformidade consciente entre a vontade e a realidade.....	660
4.3.3	Finalidade de enganar terceiros	660
4.4	Diferença entre simulação e outras figuras afins.....	661
4.4.1	Simulação e fraude à lei.....	661
4.4.2	Simulação e negócio fiduciário	661
4.5	Espécies de simulação.....	662
4.5.1	Simulação absoluta e relativa.....	662
4.5.2	Simulação inocente e culposa.....	662
4.6	Prova da simulação.....	663
4.7	Efeitos da simulação	664
4.7.1	Efeitos entre as partes	664
4.7.1.1	Efeitos entre as partes na simulação inocente ou culposa.....	664
4.7.1.2	Efeitos entre as partes na simulação relativa	664
4.7.1.3	Efeitos entre as partes na simulação absoluta	665
4.7.1.4	Efeitos entre as partes na simulação que implique fraude à lei.....	665
4.7.2	Efeitos em relação a terceiros	665
5	Espécies de nulidade.....	666
6	Efeitos da nulidade.....	667
7	Ação de nulidade.....	668
7.1	Imprescritibilidade	668
7.2	Insanabilidade	669
7.3	Meramente declaratória	669
7.4	Legitimados para a ação de nulidade	669
8	Conversão do negócio nulo	670
9	Anulabilidade	671
9.1	Conceito.....	671
9.2	Características	672
9.3	Causas de anulabilidade.....	672
9.3.1	Incapacidade relativa do agente	672

9.3.2	Vício resultante de erro, dolo ou coação. Remissão.....	674
9.4	Efeitos da anulabilidade.....	674
9.4.1	Efeitos da sentença que reconhece a anulabilidade.....	674
9.4.1.1	Corrente que atribui efeitos <i>ex nunc</i> à sentença que reconhece a anulabilidade.....	675
9.4.1.2	Corrente que atribui efeitos <i>ex tunc</i> à sentença que reconhece a anulabilidade.....	676
9.4.1.3	Posição adotada.....	677
9.5	Ação de anulabilidade.....	679
9.5.1	Legitimados para a ação de anulabilidade.....	681
9.6	Confirmação do negócio anulável.....	681
9.7	Princípio da conservação do negócio jurídico.....	683
10	Ineficácia.....	684

CAPÍTULO XIX – ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE CIVIL..... 685

1	Ato ilícito.....	685
1.1	Atos danosos lícitos e ilícitos.....	685
1.2	As noções de ilicitude. Ato ilícito em sentido estrito e de responsabilidade civil.....	686
1.3	O ilícito civil e o ilícito penal.....	690
1.4	O ilícito como fonte de obrigações.....	691
1.5	O ilícito contratual e o ilícito extracontratual.....	691
1.6	Elementos do ato ilícito.....	692
1.6.1	A conduta.....	692
1.6.2	A culpabilidade.....	693
1.6.2.1	A questão da imputabilidade no Direito brasileiro...	693
1.6.2.2	A culpabilidade em sentido amplo.....	694
1.6.2.3	O dolo.....	696
1.6.2.4	A culpa.....	696
1.6.2.4.1	Graus de culpa.....	698
1.6.2.4.2	Espécies de culpa.....	698
1.6.2.4.3	Concorrência de culpa.....	699
1.6.3	O dano.....	700
1.6.3.1	Dano material.....	700
1.6.3.2	Dano moral.....	701
1.6.3.3	Liquidação do dano.....	702
1.6.4	A relação de causalidade.....	703
1.6.4.1	Teorias sobre a relação de causalidade.....	703
1.6.4.2	Teoria da equivalência de condições.....	704
1.6.4.3	Teoria da causalidade direta e imediata.....	704
1.6.4.4	Teoria da causalidade adequada.....	704
1.6.4.5	Teoria do escopo da norma violada.....	705
1.6.4.6	Divergência sobre a teoria adotada no sistema pátrio. Posição adotada.....	705

1.6.4.7	Interrupção do nexo de causalidade	708
1.6.4.7.1	Fato exclusivo da vítima	708
1.6.4.7.2	Fato de terceiro	709
1.6.4.7.3	Caso fortuito ou de força maior	710
1.7	O ônus da prova	713
1.8	Exclusão da ilicitude	713
1.8.1	Legítima defesa	713
1.8.2	Estado de necessidade	715
1.8.3	Exercício regular do direito	716
1.8.4	Consentimento do ofendido	717
1.9	Abuso do direito. Ilícito civil	717
1.9.1	Desenvolvimento histórico	718
1.9.2	Requisitos do abuso do direito	719
1.9.3	Hipóteses de abuso do direito	721
1.9.4	Efeitos do abuso de direito	723
1.9.5	Direitos que se exercem discricionariamente	723
2	Responsabilidade civil	723
2.1	Conceito	723
2.2	Evolução histórica	724
2.2.1	A teoria clássica da culpa	724
2.2.2	A teoria do risco	725
2.2.2.1	A teoria do risco-benefício ou risco proveito	726
2.2.2.2	A teoria do risco criado ou agravado	726
2.3	Espécies de responsabilidade civil	727
2.3.1	Responsabilidade civil contratual e extracontratual	727
2.3.1.1	Responsabilidade pré-contratual	729
2.3.2	Responsabilidade civil por ato próprio e por ato de terceiro	730
2.3.3	Responsabilidade civil por ato de terceiro	731
2.3.3.1	Responsabilidade civil dos genitores, tutores e curadores	731
2.3.3.2	Responsabilidade civil dos patrões e dos comitentes	738
2.3.3.3	Responsabilidade civil dos educadores e hoteleiros	739
2.3.4	Responsabilidade civil por fato da coisa	740
2.3.5	Responsabilidade civil por fato de animal	741
2.4	Responsabilidade civil do estado. Remissão	742

CAPÍTULO XX – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 743

1	A influência do tempo nos direitos subjetivos	743
2	Prescrição	744
2.1	Conceito	744
2.1.1	Nosso posicionamento	745
2.2	Fundamento da prescrição	746
2.3	Natureza jurídica da prescrição	747
2.4	Usucapião e prescrição	748

2.5	Objeto da prescrição.....	749
2.6	Requisitos da prescrição	750
2.7	O estatuto da prescrição.....	750
2.7.1	Início do prazo prescricional (<i>a quo</i>)	751
2.7.2	Prescrição. Exceção.....	752
2.7.2.1	Modos de se arguir a prescrição	752
2.7.2.2	A noção de exceção	752
2.7.2.3	Exceção autônoma e exceção não autônoma	753
2.7.3	Inderrogabilidade dos prazos prescicionais.....	754
2.7.4	Renúncia da prescrição. Renúncia expressa e tácita.....	755
2.7.5	Conhecimento de ofício da prescrição	756
2.7.6	Momento de arguição da prescrição	758
2.7.7	Responsabilidade dos assistentes dos relativamente incapazes e dos representantes das pessoas jurídicas	759
2.7.8	<i>Accessio praescriptionis</i>	760
2.7.8.1	Sucessão em direito civil	760
2.7.8.2	<i>Accessio praescriptionis</i>	761
3	Causas que impedem ou suspendem a prescrição.....	762
3.1	Causas que impedem ou suspendem a prescrição em virtude de parentesco ou situações semelhantes	763
3.1.1	Constância da sociedade conjugal	763
3.1.2	Parentesco em linha reta durante o poder familiar	764
3.1.3	Tutela e curatela	764
3.2	Causas que impedem ou suspendem a prescrição em razão da dificuldade de o credor fazer valer seus direitos	765
3.2.1	Incapacidade absoluta do credor	765
3.2.2	Ausentes do país em serviço público	765
3.2.3	Serviço em tempo de guerra	766
3.3	Causas de impedimento. Situações de natureza técnica de determinados direitos subjetivos	766
3.3.1	Condição suspensiva	766
3.3.2	Direito a termo	767
3.3.3	Ação de evicção	768
3.3.4	Apuração da questão prejudicial no juízo criminal.....	769
3.4	Suspensão da prescrição. Solidariedade ativa. Obrigação indivisível.....	769
4	Interrupção da prescrição.....	770
4.1	Atos que interrompem a prescrição	770
4.1.1	Interrupção da prescrição por conduta do credor	771
4.1.2	Interrupção da prescrição por conduta do devedor	773
4.2	Legitimados para interromper a prescrição	773
4.3	Interrupção da prescrição. Obrigações divisíveis, solidárias e indivisíveis. Fiança	774
4.4	Prazos prescicionais.....	775
4.4.1	Regra geral. Prescrição ordinária.....	775
4.4.2	Prazos prescicionais especiais.....	776

5	Decadência.....	777
5.1	Conceito.....	777
5.2	Fundamento e objeto da decadência.....	779
5.3	O estatuto da decadência.....	779
5.4	Aplicação de normas da prescrição à decadência.....	780
5.5	Inadmissibilidade de renúncia à decadência legal.....	780
5.6	Decadência legal. Conhecimento de ofício.....	781
5.7	Decadência convencional. Necessidade de alegação.....	781
5.8	Prazos de decadência.....	781
6	Diferença entre prescrição e decadência.....	782
CAPÍTULO XXI – AS PROVAS.....		783
1	Introdução.....	783
1.1	A necessidade da prova na existência humana.....	783
1.2	A necessidade da prova no direito.....	784
1.2.1	Prova dos fatos alegados.....	784
1.2.2	Prova dos direitos municipal, estadual, estrangeiro e consuetudinário.....	785
1.3	O tratamento da prova no Código Civil.....	785
1.4	Ônus da prova.....	786
1.4.1	Inversão do ônus da prova em relação consumerista.....	787
1.5	Classificação das provas.....	787
1.6	Características das provas.....	788
1.7	Meio de provas. Provas típicas.....	788
1.8	Espécies de provas.....	789
2	Presunção.....	789
3	Confissão.....	790
3.1	Confissão. Eficácia. Confissão do representante. Efeitos.....	791
3.2	Confissão. Irrevogabilidade. Invalidade.....	791
4	Documentos.....	792
4.1	Documento. Escritura pública. Requisitos.....	793
4.2	Cópias dos atos judiciais. Certidões e traslados. Efeitos.....	794
4.3	Tabelião e oficial de registro. Traslados e certidões. Efeitos.....	794
4.4	Atos produzidos em juízo. Traslados e certidões. Efeitos.....	795
4.5	Declarações. Declarações dispositivas e declarações enunciativas.....	795
4.6	Anuência. Autorização. Forma.....	796
4.7	Instrumento particular. Efeitos. Cessão de crédito. Prova.....	797
4.8	Telegrama.....	798
4.9	Cópia de documento. Impugnação. Título de crédito.....	800
4.10	Documento redigido em língua estrangeira. Tradução.....	800
4.11	Documento em sentido amplo. Reproduções mecânicas ou eletrônicas. Efeitos.....	800
4.12	Escrituração dos empresários. Efeitos.....	800

4.12.1	Exibição dos livros	801
4.12.2	Livros. Prova contra o empresário. Prova a favor do empresário	801
5	Testemunhas	802
5.1	Prova testemunhal. Admissibilidade.....	802
5.2	Testemunhas. Incapazes. Impedidos. Suspeitos.....	803
5.3	Dispensa de depor. Segredo. Desonra. Perigo de vida.....	804
6	Perícia	804
6.1	Perícia. Exame médico. Recusa. Efeitos.....	805
6.2	Recusa à perícia. Presunção legal. Presunção relativa	806
REFERÊNCIAS		807

J. M. LEONI LOPES DE OLIVEIRA

DIREITO CIVIL **OBRIGAÇÕES**

Coordenação

J. M. LEONI LOPES DE OLIVEIRA

MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 28.11.2018
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D635

Direito Civil: obrigações / coordenação J. M. Leoni Lopes de Oliveira, Marco Aurélio Bezerra de Melo. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8324-6

1. Obrigações (Direito) – Brasil. 2. Direito civil – Brasil. I. Oliveira, J. M. Leoni Lopes de. II. Melo, Marco Aurélio Bezerra de. III. Série.

18-53177

CDU: 347.41(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

Parte I Introdução

Capítulo I – Direito das obrigações.....	3
1 Direito civil patrimonial.....	3
1.1 Âmbito do direito patrimonial.....	3
1.2 Direito das obrigações e direito das coisas	4
1.3 A ordem econômica	6
1.3.1 As regras básicas da ordem econômica.....	7
2 Evolução histórica do direito das obrigações.....	7
2.1 Direito romano.....	8
2.2 Direito canônico.....	8
2.3 O individualismo	9
2.4 A tendência socializadora.....	10
3 Princípios gerais do direito das obrigações na contemporaneidade.....	11
3.1 Mudança de paradigma	11
3.2 Restrições à liberdade de contratar.....	12
3.3 Restrições à liberdade de estipulação do conteúdo dos contratos.....	13
3.4 Princípio da restituição do enriquecimento injustificado. Remissão	14
3.5 Princípio da relatividade e eficácia perante terceiros.....	14
3.6 Princípio da tutela do devedor	16
3.7 Princípio da boa-fé nas relações obrigacionais.....	17
3.8 Princípio da responsabilidade patrimonial	20
4 Conceito de direito das obrigações	21
5 Terminologia.....	22

6	Importância e características do direito das obrigações.....	23
7	Sistematização do direito das obrigações no Código Civil	25
8	Unificação do direito das obrigações.....	27
9	Bibliografia	28
10	Plano da obra	30
Capítulo II – Conceito de obrigação		31
1	Sentidos da palavra “obrigação”	31
2	Diferença entre obrigação e estado de sujeição.....	31
3	Diferença entre obrigação e ônus.....	34
4	Conceito de obrigação no direito romano	35
5	Conceito de obrigação na doutrina estrangeira	37
6	Conceito de obrigação na doutrina pátria	40
7	Natureza jurídica da obrigação.....	42
7.1	Teoria subjetiva	43
7.1.1	Poder sobre a pessoa do devedor.....	43
7.1.2	Poder sobre alguns atos do devedor	44
7.1.3	Críticas à teoria subjetiva.....	45
7.2	Teoria objetiva	46
7.2.1	Poder sobre o patrimônio do devedor	46
7.2.2	Relação entre patrimônios.....	47
7.2.3	Críticas à teoria objetiva	47
7.3	Teoria dualista do débito e da responsabilidade (<i>debitum; schuld</i> e <i>obligatio; haftung</i>).....	48
7.3.1	Débito (<i>Debitum; Schuld</i>)	50
7.3.2	Responsabilidade (<i>Obligatio; Haftung</i>)	52
7.3.2.1	A concepção processualista do <i>haftung</i>	53
7.3.3	Débito sem responsabilidade	55
7.3.4	Responsabilidade sem débito	55
7.3.5	Responsabilidade limitada.....	57
7.3.6	Responsabilidade excedente ao débito.....	57
7.3.7	Críticas à teoria do débito e da responsabilidade	58
7.3.8	A teoria dualista no nosso Código Civil.....	59
7.4	Teoria unitária da relação jurídica.....	60
7.5	Teoria da obrigação como processo	61

Capítulo III – Elementos da relação obrigacional.....	63
1 Elementos	63
1.1 Conceitos filosóficos de elementos, estrutura e requisitos.....	63
1.2 Divergência doutrinária na enumeração dos elementos da obrigação	64
2 Sujeitos	67
2.1 Noções gerais.....	67
2.2 Pessoas físicas e jurídicas	68
2.3 A noção de parte	69
2.4 A transmissibilidade das obrigações. Sucessão	70
2.5 Indeterminação dos sujeitos.....	71
2.6 Efeitos da obrigação sobre os sujeitos	72
3 Prestação (objeto).....	74
3.1 Diferença entre objeto e conteúdo da relação obrigacional	74
3.2 Requisitos do objeto da relação obrigacional.....	75
3.2.1 Possibilidade.....	76
3.2.1.1 Espécies de impossibilidade.....	77
3.2.1.2 Efeitos da impossibilidade.....	77
3.2.2 Licitude.....	78
3.2.3 Determinabilidade.....	79
3.2.4 Patrimonialidade	80
3.2.5 A pessoa não pode ser objeto de negócio jurídico	81
3.3 Modalidades de prestações	82
4 Vínculo jurídico. Remissão	83
5 Garantia	84
5.1 Noções gerais.....	84
5.2 O patrimônio do devedor como garantia dos credores	84
5.3 Garantia geral e especial.....	85
6 Causa.....	86
6.1 Noções gerais.....	86
6.2 Evolução doutrinária.....	87
6.2.1 Teoria subjetivista	87
6.2.2 Teoria objetivista.....	88
6.2.3 Teoria eclética.....	89
6.2.4 Teoria anticausalista	89
6.3 Diferença entre causa e motivos	90

7	Relação jurídica obrigacional.....	90
7.1	A relação obrigacional como um processo.....	92
7.2	Relação obrigacional e outras relações jurídicas.....	93
7.2.1	Distinção entre os direitos obrigacionais e direitos reais.....	93
7.2.2	Distinção entre os direitos obrigacionais e direitos de família.....	94
7.2.3	Distinção entre os direitos obrigacionais e direitos das sucessões	95
Capítulo IV – Fontes das obrigações.....		97
1	Noções gerais	97
2	Conceito.....	98
3	Evolução histórica	99
4	Direito estrangeiro.....	102
5	As fontes das obrigações no Código Civil.....	103
6	Nossa classificação das fontes das obrigações	104
7	Contratos. Remissão	105
8	Declaração unilateral de vontade. Remissão	105
8.1	Promessa de recompensa. Remissão	106
8.2	Gestão de negócios. Remissão.....	106
8.3	Enriquecimento sem causa. Remissão	106
8.4	Pagamento indevido. Remissão	106
8.5	Títulos de crédito	107
9	Ato ilícito. Abuso de direito. Remissão.....	107
9.1	Ato ilícito. Remissão	107
9.2	Abuso de direito. Remissão	107
10	Fatos, atos ou situações idôneas a que o ordenamento jurídico atribui o poder de gerar obrigações.....	108

Parte II

Classificação das obrigações

Capítulo I – Classificação das obrigações.....		111
1	Necessidade de classificação	111
2	Evolução histórica	112

3	No direito estrangeiro	113
4	Na doutrina pátria	118
5	No Código Civil brasileiro	121
6	Nossa classificação das obrigações.....	122
Capítulo II – Obrigações civis e naturais		125
1	Obrigação civil e obrigação natural	125
2	Evolução histórica da obrigação natural	126
3	A obrigação natural no direito estrangeiro	127
3.1	Direito francês	127
3.2	Direito italiano	129
3.3	Direito português.....	130
3.4	Direito alemão.....	131
3.5	Direito espanhol.....	133
3.6	Direito argentino.....	134
3.7	Direito paraguaio	135
3.8	Direito uruguaio.....	136
4	A obrigação natural no direito brasileiro	136
5	Natureza jurídica da obrigação natural	138
5.1	Teoria negatória.....	138
5.2	Teorias afirmativas.....	138
5.2.1	Como um dever moral ou social	138
5.2.2	Como um vínculo jurídico	140
6	Conceito de obrigação natural.....	141
7	Características da obrigação natural.....	143
7.1	Ausência de exigibilidade do adimplemento	143
7.2	Validade do pagamento efetuado espontaneamente	144
7.3	Irrepetibilidade do pagamento efetuado.....	144
7.4	Produção de outros efeitos além da irrepetibilidade.....	144
8	Espécies de obrigações naturais (típicas e atípicas, lícitas e ilícitas)	146
8.1	Obrigações naturais previstas expressamente.....	146
8.1.1	Dívida prescrita.....	146
8.1.2	Pagamento de juros não convencionados nos empréstimos sem fins econômicos	147
8.1.3	Dívida de jogo	147
8.1.4	Mútuo feito a pessoa menor	149

8.2	Obrigações naturais não previstas expressamente	149
8.3	Obrigações naturais lícitas e ilícitas.....	149
9	Regime das obrigações naturais.....	150
9.1	Pagamento.....	151
9.2	Compensação	152
9.3	Novação.....	152
9.4	Dação em pagamento	154
9.5	Constituição de garantias (hipoteca, penhor, fiança).....	154
9.6	Remissão	155
9.7	Evicção e vícios redibitórios	155

Capítulo III – Obrigação *propter rem*, obrigação com eficácia real e ônus reais.....

1	Conceito de obrigação <i>propter rem</i>	157
2	Características das obrigações reais (<i>propter rem</i>)	158
3	Hipóteses de obrigações reais (<i>propter rem</i>)	160
4	Natureza jurídica das obrigações reais (<i>propter rem</i>)	162
5	Ônus real.....	163
5.1	Conceito	163
5.2	Espécies	164
5.3	Natureza jurídica.....	164
5.4	Diferença entre ônus real e obrigação <i>propter rem</i>	166
6	Obrigações com eficácia real	167

Capítulo IV – Obrigações de dar coisa certa

1	Noções introdutórias	171
1.1	Nomenclatura	171
1.2	Diferença entre obrigação de dar e obrigação de fazer e de não fazer	172
1.3	Diferença entre obrigação de dar coisa certa e obrigação de dar coisa incerta. Remissão	174
1.4	Diferença entre obrigação de dar e de restituir. Remissão	174
2	Obrigações de dar coisa certa.....	175
2.1	Conceito	175
2.2	Deveres do devedor nas obrigações de dar coisa certa	177
2.2.1	Dever de entregar a coisa com seus acessórios	178

2.2.2	Dever de conservar a coisa até sua efetiva entrega ao credor	179
2.2.3	Deveres de aviso e comunicação.....	180
2.2.4	Deveres de informação e esclarecimento	180
2.3	Obrigação de dar e transmissão da propriedade	180
2.3.1	Direito estrangeiro.....	181
2.3.1.1	Direito romano	181
2.3.1.2	Direito francês	181
2.3.1.3	Direito alemão	182
2.3.2	Direito brasileiro.....	183
2.3.2.1	Sistemas dos móveis e dos imóveis	184
2.3.2.2	A tradição (móveis).....	184
2.3.2.3	O registro do título (imóveis)	186
2.4	Efeitos jurídicos das obrigações de dar	187
2.4.1	Efeitos quanto ao perecimento da coisa.....	187
2.4.2	Efeitos quanto à deterioração da coisa.....	190
2.4.3	Efeitos quanto aos melhoramentos da coisa (cômodos)	191
2.4.4	Efeitos quanto aos frutos da coisa	193
2.4.4.1	Frutos	193
3	Obrigação de restituir	195
3.1	Conceito	195
3.2	Efeitos jurídicos das obrigações de restituir.....	196
3.3	Efeitos quanto ao perecimento da coisa.....	196
3.4	Efeitos quanto à deterioração da coisa.....	197
3.5	Efeitos quanto aos melhoramentos da coisa (cômodos).....	198
4	Execução para entrega de coisa certa.....	199
4.1	Execução para entrega de coisa certa fundada em título judicial.....	199
4.2	Execução para entrega de coisa certa fundada em título extrajudicial	200
5	Obrigação pecuniária.....	200
Capítulo V – Obrigações de dar coisa incerta		205
1	Noções introdutórias	205

1.1	Nomenclatura.....	205
1.2	Coisa incerta e coisa fungível.....	206
1.3	Diferença entre a obrigação de dar coisa certa e de dar coisa incerta	208
1.4	Diferença entre a obrigação de coisa incerta e obrigação alternativa	209
2	Conceito.....	209
3	A escolha da coisa.....	210
3.1	A quem cabe fazer a escolha.....	210
3.2	Qual o momento em que se dá a escolha.....	211
3.3	Qualidade da coisa escolhida	213
4	Efeitos das obrigações de dar coisa incerta	215
4.1	Efeitos quanto ao perecimento ou deterioração da coisa	215
4.1.1	Perecimento antes da escolha.....	215
4.1.2	Perecimento depois da escolha	216
4.1.3	Perecimento antes da escolha na obrigação genérica restrita (gênero limitado).....	216
5	Execução das obrigações de dar coisa incerta	217
5.1	Procedimento quando a escolha cabe ao credor.....	217
5.2	Procedimento quando a escolha cabe ao devedor.....	217
	Capítulo VI – Obrigações de fazer e de não fazer	219
1	Introdução	219
2	Obrigações de fazer	219
2.1	Conceito	219
2.2	Obrigações personalíssimas ou infungíveis	221
2.2.1	Recusa e impossibilidade	222
2.2.2	Recusa	222
2.2.3	Impossibilidade sem culpa do devedor.....	223
2.2.4	Impossibilidade por culpa do devedor	223
2.3	Obrigações fungíveis ou impessoais.....	224
2.3.1	Recusa e impossibilidade	224
2.3.2	Recusa	224
2.3.2.1	Autotutela de urgência.....	225
2.3.3	Impossibilidade sem culpa do devedor.....	225
2.3.4	Impossibilidade por culpa do devedor	226

3	Obrigações de não fazer	226
3.1	Conceito	226
3.2	Impossibilidade da obrigação sem culpa do devedor	228
3.3	Inadimplemento da obrigação de não fazer	228
3.4	Autotutela de urgência	229
4	Execução da obrigação de fazer e de não fazer.....	229
4.1	Execução da obrigação de fazer	229
4.1.1	Execução da obrigação de fazer fundada em título judicial	230
4.1.2	Execução da obrigação de fazer fundada em título extrajudicial	231
4.2	Execução da obrigação de não fazer.....	233
4.2.1	Execução da obrigação de não fazer fundada em título judicial.....	234
4.2.2	Execução da obrigação de não fazer fundada em título extrajudicial	234
	Capítulo VII – Obrigações cumulativas, alternativas e facultativas.....	235
1	Introdução	235
1.1	Obrigações simples e obrigações complexas	235
1.2	Obrigações complexas em virtude da pluralidade de objetos.....	235
2	Obrigações cumulativas.....	236
3	Obrigações alternativas.....	237
3.1	Conceito	237
3.2	A escolha nas obrigações alternativas	240
3.2.1	A quem cabe a escolha nas obrigações alternativas	241
3.2.2	Prazo de decadência para a escolha	242
3.2.3	A escolha nas obrigações com prestações periódicas ...	243
3.2.4	A escolha com pluralidade de optantes	243
3.2.5	Escolha por terceiro.....	243
3.2.6	A escolha da coisa no legado.....	243
3.3	Impossibilidade da prestação nas obrigações alternativas	244
3.3.1	As hipóteses de impossibilidade de cumprimento nas obrigações alternativas	244
3.3.2	Impossibilidade de uma das prestações.....	244

3.3.3	Impossibilidade de todas as prestações por culpa do devedor, cabendo a este a escolha.....	245
3.3.4	Impossibilidade de uma ou de todas as prestações por culpa do devedor, cabendo ao credor o direito de escolha	245
3.3.5	Impossibilidade de todas as prestações sem culpa do devedor.....	246
3.3.6	Impossibilidade quando a escolha cabe a terceiro	246
4	Obrigações facultativas.....	247
4.1	Conceito	247
4.2	Regime jurídico.....	248
Capítulo VIII – Das obrigações divisíveis e indivisíveis		251
1	Introdução	251
2	Obrigações divisíveis.....	253
2.1	Conceito	253
2.2	Pluralidade de devedores	254
2.3	Pluralidade de credores.....	255
2.4	Exceções à regra da divisibilidade das obrigações com multiplicidade subjetiva	256
3	Obrigações indivisíveis	256
3.1	Conceito	256
3.2	Fatores determinantes de indivisibilidade	257
3.3	A indivisibilidade e as modalidades de obrigação (dar, fazer e não fazer)	258
3.4	Pluralidade de devedores em obrigação indivisível.....	260
3.4.1	Efeitos	261
3.5	Pluralidade de credores em obrigação indivisível	263
3.5.1	Efeitos.....	265
3.6	Perda da indivisibilidade.....	268
Capítulo IX – Obrigações solidárias		271
1	Introdução	271
1.1	Conceito	271
1.2	Natureza jurídica da solidariedade: unidade ou pluralidade de obrigações	273
1.3	Princípios da solidariedade	276

1.4	Características da solidariedade.....	278
1.5	Fontes da solidariedade.....	280
1.6	Relações externas e internas na solidariedade	281
1.7	Diferença entre solidariedade e indivisibilidade.....	282
1.8	Espécies de solidariedade.....	283
2	Solidariedade ativa	284
2.1	Conceito	284
2.2	Relações externas	285
2.2.1	Principal efeito da solidariedade ativa	285
2.2.2	Faculdade do devedor. Limite	288
2.2.3	Extinção da dívida	289
2.2.4	Efeitos do falecimento de um dos credores solidários.....	290
2.2.5	Perdas e danos. Subsistência da solidariedade.....	291
2.2.6	Exceções pessoais e comuns na solidariedade ativa.....	292
2.2.7	Efeitos subjetivos da coisa julgada na solidariedade ativa.....	293
2.3	Relações internas.....	295
2.3.1	Recebimento da prestação inteira por um dos credores solidários.....	295
2.3.2	Formas indiretas de pagamento.....	297
3	Solidariedade passiva	297
3.1	Conceito	297
3.2	Relações externas	299
3.2.1	Principal efeito da solidariedade passiva.....	299
3.2.2	Efeitos do falecimento de um dos devedores solidários.....	302
3.2.2.1	Obrigação indivisível	302
3.2.2.2	Solidariedade dos herdeiros.....	302
3.2.3	Efeitos do pagamento parcial	303
3.2.4	Efeitos da remissão da dívida	304
3.2.5	Efeitos do princípio da multiplicidade de vínculos ju- rídicos na solidariedade passiva.....	305
3.2.6	Efeitos do inadimplemento da obrigação	306
3.2.6.1	Impossibilidade culposa da obrigação.....	306
3.2.6.1.1	Casos em que a obrigação se re- solve em perdas e danos.....	307

3.2.6.2	Responsabilidade pelos juros da mora na solidariedade passiva	308
3.2.7	Exceções pessoais e comuns na solidariedade passiva.....	309
3.2.8	Renúncia à solidariedade passiva em relação a um dos devedores solidários	311
3.3	Relações internas.....	312
3.3.1	Direito de regresso: sub-rogação legal	312
3.3.1.1	Responsabilidade do devedor interessado ...	313
3.3.1.2	A cota do devedor insolvente.....	314
3.3.1.3	Responsabilidade do devedor exonerado da solidariedade pelo rateio da cota do insolvente	315
Capítulo X	– Outras modalidades de obrigações	317
1	Obrigações líquidas e ilíquidas	317
2	Obrigações condicionais, a termo e modais	319
2.1	Obrigações simples e condicionais	319
2.2	Obrigações a termo.....	321
2.3	Obrigações modais (encargo)	322
3	Obrigações de meio e de resultado	323
3.1	Conceito	323
3.2	Origem	325
3.3	Críticas à classificação	327
3.4	Critério diferenciador adotado	330
3.5	Incidência da classificação no direito obrigacional.....	331
4	Obrigações de garantia	334
5	Obrigações principais e acessórias	334

Parte III

Transmissão das obrigações

Capítulo I	– Cessão de crédito.....	339
1	Introdução	339
2	Evolução histórica	340
3	Conceito.....	341
3.1	Natureza jurídica da cessão de crédito	342

3.2	Requisitos da cessão de crédito	343
3.2.1	Objeto da cessão de crédito	343
3.2.2	Extensão da cessão de crédito	346
3.3	Cláusula proibitiva de cessão.....	346
3.4	Ilegitimidade para adquirir direitos por cessão de crédito.....	346
3.5	Indisponibilidade do crédito penhorado	347
3.6	Institutos afins.....	347
3.7	Espécies de cessão de crédito	348
4	Efeitos da cessão de crédito	349
4.1	Eficácia em relação ao cedente.....	349
4.1.1	Responsabilidade do cedente pela existência do crédito	349
4.1.2	Exclusão de responsabilidade do cedente pela solvência do devedor	350
4.1.3	Limitação da responsabilidade do cedente.....	350
4.2	Eficácia em relação ao cessionário.....	351
4.2.1	Atos conservatórios	351
4.2.2	Cessão de crédito hipotecário	351
4.3	Eficácia em relação ao devedor.....	351
4.3.1	Oposição de exceções pelo devedor	353
4.3.2	Eficácia do pagamento efetuado pelo devedor	354
4.4	Eficácia em relação a terceiros	354
5	Multiplicidade de cessões	355

Capítulo II – Assunção de dívida.....	357
1 Introdução	357
2 Conceito.....	358
2.1 Formas de assunção de dívida.....	359
2.1.1 Assunção de dívida expromissória.....	359
2.1.2 Assunção de dívida delegatória.....	360
2.2 Espécies de assunção de dívida	360
2.2.1 Assunção de dívida liberatória ou privativa.....	361
2.2.2 Assunção de dívida cumulativa	362
2.3 Natureza jurídica da assunção de dívida.....	363
2.4 Requisitos da assunção de dívida.....	364

2.5	Institutos afins	366
2.5.1	Assunção de dívida e novação.....	366
2.5.2	Assunção de dívida e fiança	367
2.5.3	Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro	367
3	Efeitos da assunção de dívida.....	368
3.1	Garantias	368
3.1.1	Garantias dadas pelo devedor originário.....	368
3.1.2	Garantias dadas por terceiro	369
3.2	Anulação do contrato de transmissão de dívida.....	370
3.3	Exceções comuns e pessoais	370
4	Adquirente de imóvel hipotecado	371
Capítulo III – Cessão de contrato		373
1	Introdução	373
2	Conceito.....	375
2.1	Natureza jurídica da cessão de contrato	376
2.2	Requisitos da cessão de contrato.....	376
2.3	Institutos afins	377
2.3.1	Cessão de contrato e o subcontrato.....	378
2.3.2	Cessão de contrato e a adesão ao contrato	378
2.3.3	Cessão de contrato e a sub-rogação legal forçada	379
3	Efeitos da cessão de contrato	380
3.1	Entre o cedente e o cessionário	380
3.2	Entre o cessionário e o contraente cedido	381
3.3	Entre o cedente e o contraente cedido	382

Parte IV

Adimplemento das obrigações

Capítulo I – Extinção das obrigações.....		387
1	Introdução	387
1.1	Terminologia	388
1.2	Efeitos do pagamento	390
2	Natureza jurídica do adimplemento	392
3	Princípios do pagamento.....	393

4	Extinção natural das obrigações.....	394
5	Modalidades especiais de extinção das obrigações.....	395
Capítulo II – Elementos do pagamento.....		397
1	Introdução.....	397
2	De quem deve pagar.....	397
2.1	Pagamento efetuado pelo terceiro interessado.....	399
2.2	Pagamento efetuado pelo terceiro não interessado	399
2.3	Eficácia do pagamento consistente na transmissão de propriedade.....	402
2.4	Pagamento de coisa fungível e consumível.....	402
3	Daqueles a quem se deve pagar	403
3.1	Efeitos do pagamento feito a quem não possui legitimidade para receber	404
3.2	Efeitos do pagamento feito ao credor putativo	405
3.3	Pagamento efetuado ao credor incapaz	405
3.4	Legitimidade do portador da quitação	407
3.5	Efeitos do pagamento de crédito penhorado	407
4	Objeto do pagamento.....	408
4.1	Pagamento em dinheiro	409
4.2	Admissibilidade de aumento progressivo nas prestações sucessivas.....	410
4.3	Teoria da imprevisão (desproporção entre o valor da prestação e o do momento da execução).....	411
4.4	Pagamento em ouro ou em moeda estrangeira	412
5	Prova do pagamento e despesas da quitação	413
5.1	Direito à quitação. Direito de retenção	413
5.2	Conteúdo e forma da quitação.....	414
5.3	Perda ou extravio do título	415
5.4	Presunção no pagamento de quotas periódicas.....	415
5.5	Presunção do pagamento dos juros na quitação do capital.....	416
5.6	Presunção de pagamento com a entrega do título.....	416
5.7	Despesas com o pagamento e a quitação.....	417
5.8	Critérios para o pagamento em peso e medida	417
6	Lugar do pagamento	418
6.1	Regra geral em matéria de lugar do pagamento	418

6.2	Regras de exceção	419
6.3	Vários lugares designados para se efetuar o pagamento.....	419
6.4	Lugar do pagamento na tradição de imóvel e nas prestações relativas a imóveis.....	420
6.5	Alteração do lugar do pagamento em razão de motivo grave.....	420
6.6	Contradição com a própria conduta	420
6.6.1	Requisitos do <i>venire contra factum proprium</i>	421
6.6.2	Aplicação do princípio da contradição com a própria conduta anterior.....	421
7	Tempo do pagamento	422
7.1	Pagamento nas obrigações puras e a termo.....	422
7.1.1	Negócios puros e a termo	422
7.1.2	Semelhanças e diferenças entre a condição e o termo	422
7.1.3	Espécies de termo	423
7.1.4	Exigibilidade do pagamento nas obrigações puras e a termo	424
7.2	Pagamento nas obrigações condicionais.....	425
7.2.1	Condição.....	425
7.2.2	Exigibilidade do pagamento nas obrigações condicionais.....	426
7.3	Exigibilidade do pagamento antes do dia do vencimento.....	426
7.3.1	Falência do devedor, ou de concurso de credores	427
7.3.2	Penhora ou execução sobre os bens dados em hipoteca ou em penhor	428
7.3.3	Cessação ou insuficiência das garantias (pessoais ou reais)	428
7.3.4	Vencimento antecipado na solidariedade passiva	429

Capítulo III – Pagamento por consignação	431
1 Introdução	431
2 Conceito.....	432
3 Natureza jurídica	433
4 Legitimados para requerer a consign��o.....	433
5 Casos de consign��o	434
5.1 Impossibilidade de o credor receber o pagamento ou dar a quitação na devida forma	434

5.2	Recusa do credor em receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma.....	435
5.3	Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos.....	436
5.4	Se o credor for incapaz de receber.....	436
5.5	Se o credor for desconhecido	436
5.6	Se o credor for declarado ausente	437
5.7	Se o credor residir em lugar incerto, ou de acesso perigoso ou difícil.....	437
5.8	Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento	438
5.9	Se pender litígio sobre o objeto do pagamento.....	438
6	Requisitos da consignação.....	439
6.1	Incidência de uma das hipóteses do art. 335 do CC	440
6.2	Quem deve efetuar o depósito judicial	440
6.3	A quem deve ser feita a oferta do depósito judicial.....	440
6.4	O objeto da consignação	440
6.4.1	Depósito de coisa certa	442
6.4.2	Depósito de coisa indeterminada	442
6.4.3	Prestações periódicas	443
6.4.4	Obrigação ilíquida	444
6.5	Lugar da consignação	444
6.6	Tempo do pagamento por consignação	444
7	Levantamento do depósito pelo depositante	445
7.1	Antes da manifestação do credor.....	445
7.2	Após a manifestação do credor	445
7.3	Após a sentença de procedência do pedido.....	446
8	Efeitos da consignação.....	446
8.1	Despesas com o depósito	447
9	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	448
9.1	Consignação judicial	448
9.2	Consignação extrajudicial (pagamento por consignação bancária).....	448

Capítulo IV – Pagamento com sub-rogação.....

1	Introdução	451
---	------------------	-----

2	Conceito.....	452
3	Natureza jurídica	454
4	Espécies de sub-rogação	454
4.1	Sub-rogação legal.....	454
4.2	Sub-rogação convencional.....	456
4.2.1	Sub-rogação convencional entre credor e terceiro	456
4.2.1.1	Aplicação das normas da cessão de crédito....	457
4.2.2	Sub-rogação convencional entre devedor e terceiro	457
4.3	Sub-rogação parcial	458
5	Efeitos da sub-rogação	458
Capítulo V – Imputação do pagamento		461
1	Introdução	461
2	Conceito.....	462
3	Requisitos da imputação.....	462
4	Espécies de imputação	463
4.1	Imputação feita pelo devedor	464
4.2	Imputação feita pelo credor.....	465
4.3	Imputação legal	466
Capítulo VI – Dação em pagamento		469
1	Conceito.....	469
2	Requisitos da dação em pagamento.....	470
3	Natureza jurídica	473
4	Aplicação das normas da compra e venda	474
5	Dação de títulos de crédito.....	475
6	Efeitos da evicção da coisa recebida em pagamento.....	475
6.1	Proteção dos direitos de terceiros de boa-fé.....	476
Capítulo VII – Novação		479
1	Conceito.....	479
2	Requisitos da novação.....	480
2.1	Existência de uma obrigação válida	481
2.2	Intenção das partes de novar manifestada por meio de acordo (<i>animus novandi</i>)	483

2.3	Estabelecimento de uma nova obrigação válida que visa substituir a primeira	484
2.4	Capacidade das partes	485
3	Espécies de novação	486
3.1	Novação objetiva	486
3.2	Novação subjetiva	487
3.2.1	Novação subjetiva passiva.....	487
3.2.2	Novação subjetiva ativa.....	489
4	Efeitos da novação.....	489
Capítulo VIII – Compensação		493
1	Introdução	493
2	Conceito.....	494
3	Natureza jurídica da compensação	494
4	Espécies de compensação.....	496
4.1	Compensação legal	496
4.1.1	Requisitos da compensação legal.....	496
4.1.2	Reciprocidade das obrigações	497
4.1.3	Vencimento das dívidas	498
4.1.4	Liquidez das dívidas	499
4.1.5	Homogeneidade das dívidas.....	500
4.1.6	Alegação do direito de compensar	500
4.2	Compensação convencional.....	501
4.2.1	Conceito	501
4.3	Compensação judicial	502
5	Exclusão da compensação por manifestação de vontade.....	502
5.1	Cláusula inserida no negócio jurídico	502
5.2	Renúncia à compensação.....	503
6	Proteção de certos créditos contra a compensação.....	503
6.1	Ilícitude e incompensabilidade	503
6.2	Dívida oriunda de comodato, depósito ou alimentos.....	504
6.3	Impenhorabilidade e compensação.....	504
7	Direito de terceiros e compensação	505
8	Compensação e cessão de crédito	505
9	Compensação de dívidas com pagamento em locais diversos	506
10	Compensação e imputação do pagamento	506

Capítulo IX – Confusão	507
1 Conceito e natureza jurídica	507
1.1 Fontes da confusão	508
1.2 Natureza jurídica da confusão.....	509
2 Espécies de confusão.....	510
3 Efeitos da confusão.....	511
4 Cessação da confusão	512
Capítulo X – Remissão de d�vida	515
1 Conceito e natureza jurídica	515
1.1 Conceito	515
1.2 Natureza jurídica da remissão.....	515
1.3 Requisitos da remissão	516
2 Espécies de remissão	516
3 Casos de presunção de remissão	517
4 Remissão e solidariedade passiva.....	518

Parte V

Inadimplemento das obrigações

Capítulo I – Noções gerais	523
1 Introdução.....	523
1.1 Preciss�o terminológica.....	523
1.1.1 Impossibilidade não imputável ao devedor e impossibilidade imputável ao devedor	524
1.1.2 A mora do devedor e a cláusula penal. Remissão.....	525
1.1.3 O cumprimento defeituoso (violação positiva do contrato).....	525
1.1.4 A exceção de contrato não cumprido	525
1.1.5 Revisão do contrato (desaparecimento da base do contrato).....	526
1.2 Ilícito contratual e ilícito extracontratual	526
2 Inadimplemento	527
2.1 Conceito	527
2.2 Inadimplemento absoluto e relativo	528
2.3 A violação positiva do contrato (cumprimento defeituoso da obrigação)	529

2.4	Pressupostos da obrigação de indenizar	530
2.4.1	Culpabilidade	530
2.4.1.1	Graus da culpa	531
2.4.1.2	Espécies de culpa	532
2.4.1.3	Crítérios para aferir a culpa	532
2.4.1.4	Ônus da prova.....	532
2.4.2	Dano	533
2.4.3	Nexo de causalidade	533
3	Contratos onerosos e benéficos.....	533
4	Inadimplemento nas obrigações negativas	535
5	Efeitos do inadimplemento	536
5.1	Perdas e danos.....	536
5.2	Patrimônio como garantia dos credores.....	537
6	Exclusão de responsabilidade	538
6.1	Caso fortuito ou de força maior	538
6.1.1	Noção de caso fortuito ou de força maior	538
6.1.2	Requisitos do caso fortuito ou de força maior	540
6.1.3	Ônus probatório.....	541
6.1.4	Efeitos	541
6.1.5	O risco assumido	541
Capítulo II – Mora		543
1	Introdução	543
2	Conceito.....	543
3	Espécies.....	544
3.1	Mora do devedor.....	544
3.1.1	Conceito	544
3.1.2	Requisitos da mora do devedor	544
3.1.3	Efeitos da mora do devedor.....	547
3.2	Mora do credor.....	550
3.2.1	Conceito	550
3.2.2	Requisitos da mora do credor	551
3.2.3	Efeitos da mora do credor	553
3.3	Mora de ambos os contratantes	554

4	Constituição em mora	554
5	Purgação da mora.....	557
Capítulo III – Perdas e danos		559
1	Introdução	559
1.1	Dano no ilícito extracontratual e contratual	560
2	Conceito de dano.....	562
3	Requisitos do dano indenizável contratual	563
3.1	Inadimplemento.....	563
3.2	Culpabilidade (dolo e culpa)	563
3.3	Responsabilidade objetiva	564
3.4	Prejuízo.....	566
3.4.1	Dano patrimonial	567
3.4.1.1	Danos compensatórios e moratórios	567
3.4.1.2	Dano previsível e dano imprevisível	568
3.4.1.3	Dano presumido	568
3.4.1.4	Dano certo, presumido e perda de uma probabilidade (perda de uma chance)	569
3.4.1.5	Dano direto e indireto	570
3.4.2	Dano moral.....	570
3.4.3	Liquidação do dano	572
3.5	Nexo de causalidade entre o prejuízo e o inadimplemento.....	573
4	Modalidades de dano indenizável.....	574
4.1	Dano emergente e lucro cessante.....	574
5	Perdas e danos na mora	575
6	Perdas e danos nas obrigações pecuniárias.....	576
6.1	Indenização suplementar	577
Capítulo IV – Juros legais.....		579
1	Conceito e natureza jurídica dos juros	579
2	Classificação dos juros.....	580
2.1	Classificação segundo a sua origem	581
2.1.1	Juros legais	581
2.1.2	Juros convencionais.....	581
2.2	Classificação segundo o seu fundamento.....	581
2.2.1	Juros moratórios	581

2.2.2	Juros compensatórios	583
2.2.3	Juros moratórios e compensatórios cumulados.....	584
2.3	Classificação segundo a capitalização	584
2.3.1	Juros simples e juros compostos	584
3	Taxa de juros	585
3.1	Taxa dos juros legais	585
3.2	Taxa dos juros moratórios	585
3.2.1	Posição do STJ (SELIC ou 1% do art. 161, § 1º, do CTN)	586
3.3	Taxa dos juros compensatórios	587
3.4	Taxa de juros não convencionados	587
3.5	Outras taxas de juros	587
4	Início da fluência dos juros	588
5	Capitalização de juros (anatocismo)	589
6	Juros e instituições financeiras	590

Capítulo V – Cláusula penal	591
1 Introdução	591
2 Conceito.....	592
2.1 Objeto da cláusula penal	593
2.2 Finalidade da cláusula penal.....	593
2.3 Forma da cláusula penal	594
2.4 Desnecessidade de prova de prejuízo	595
2.5 Possibilidade de indenização suplementar	595
3 Natureza jurídica	595
3.1 Invalidade da obrigação principal e cláusula penal.....	596
4 Espécies de cláusula penal.....	596
4.1 Cláusula penal compensatória	597
4.2 Cláusula penal moratória.....	598
4.2.1 Cumulação da pena e da obrigação principal.....	598
5 Valor da cláusula penal	599
5.1 O valor da cláusula como critério diferenciador	599
5.2 Limite do seu valor	599
5.3 Cláusula penal na legislação extravagante	600
5.4 Redução judicial do valor da cláusula penal	600

6	Cláusula penal e institutos afins	602
7	Cláusula penal nas obrigações divisíveis e indivisíveis.....	603
7.1	Cláusula penal nas obrigações divisíveis	603
7.2	Cláusula penal nas obrigações indivisíveis.....	604
7.2.1	Direito de regresso	605
Capítulo VI – Arras ou sinal		607
1	Introdução	607
2	Conceito.....	607
3	Natureza jurídica	608
4	Espécies de arras.....	609
4.1	Arras confirmatórias	609
4.1.1	Inexecução do contrato e perdas e danos	610
4.1.2	Indenização suplementar.....	611
4.2	Arras penitenciais (direito de arrependimento)	611
5	Diferença entre arras e cláusula penal	612
 Parte VI Atos unilaterais 		
Capítulo I – Atos unilaterais.....		617
1	Atos unilaterais como fonte de obrigações.....	617
1.1	Evolução histórica.....	619
1.2	Posições doutrinárias	619
1.3	A tipicidade dos atos unilaterais	620
2	Os atos unilaterais no código civil.....	621
 Capítulo II – Promessa de recompensa		623
1	Conceito.....	623
2	Natureza jurídica	625
3	Requisitos	625
4	Regime jurídico	627
4.1	Exigibilidade do prêmio ou recompensa	627
4.2	Realização do ato por mais de uma pessoa	628
4.2.1	Simultaneidade na realização do ato.....	628
4.3	Revogação da promessa	629

5	Concurso	631
5.1	A promessa de recompensa mediante concurso.....	631
5.2	Regime jurídico.....	631
Capítulo III – Gestão de negócios		635
1	Conceito.....	635
2	Natureza jurídica	637
3	Requisitos	638
3.1	Intervenção em negócio alheio	639
3.2	Ausência de autorização do interessado (dono do negócio).....	639
3.3	Intervenção segundo o interesse e a vontade presumida do interessado.....	639
3.4	Necessidade ou utilidade da intervenção	640
4	Obrigações do gestor do negócio	641
4.1	Atuação com diligência habitual.....	642
4.2	Comunicação da gestão ao interessado	642
4.3	Continuação da gestão iniciada	643
4.4	Responsabilidade pelos prejuízos	643
4.5	Prestação de contas de sua gestão.....	646
5	Obrigações do dono do negócio.....	647
6	Ratificação e não ratificação pelo dono do negócio	650
7	Gestão de negócios e institutos afins	651
Capítulo IV – Enriquecimento sem causa.....		653
1	Considerações preliminares.....	653
2	Casos de enriquecimento sem causa.....	654
3	Conceito de enriquecimento sem causa.....	657
4	Requisitos do enriquecimento sem causa	659
4.1	Requisitos positivos do enriquecimento sem causa	660
4.1.1	O enriquecimento de alguém.....	660
4.1.2	O empobrecimento de outrem.....	661
4.1.3	A correlação entre o enriquecimento e o empobrecimento.....	661
4.2	Requisitos negativos do enriquecimento sem causa	662
4.2.1	Ausência de causa legítima.....	662

4.2.2	Ausência de outro meio jurídico	663
4.2.3	Ausência de norma que negue o direito de restituição ou lhe atribua outros efeitos	665
4.3	Prescrição.....	665
5	Efeitos jurídicos do enriquecimento sem causa	665
5.1	Determinação do objeto da restituição.....	666
5.1.1	Crítério do enriquecimento do beneficiado.....	666
5.1.2	Crítério do empobrecimento do lesado.....	667
5.1.3	Hipótese em que não há empobrecimento.....	668
Capítulo V – Pagamento indevido		669
1	Conceito e natureza jurídica	669
1.1	Conceito	669
1.2	Espécie de enriquecimento sem causa	670
1.3	Localização nos ordenamentos jurídicos.....	671
1.4	Pagamento indevido e obrigação condicional	672
1.5	Pagamento indevido e as obrigações de fazer e de não fazer	673
1.6	Pagamento indevido de imposto	673
1.7	Pagamento indevido e o Código de Defesa do Consumidor	673
1.8	Efeitos da boa-fé e da má-fé do <i>accipiens</i>	674
2	Espécies de pagamento indevido.....	675
3	Requisitos do pagamento indevido	676
3.1	Pagamento voluntário	676
3.2	Enriquecimento do <i>accipiens</i>	677
3.3	Empobrecimento do <i>solvens</i>	678
3.4	Inexistência de causa	678
3.5	Pagamento voluntário em erro.....	678
3.5.1	Prova do erro.....	679
3.6	Prescrição.....	680
4	Imóvel objeto do pagamento indevido.....	680
4.1	A posição do <i>accipiens</i>	680
4.2	A posição do terceiro a quem se alienou o imóvel	681
4.2.1	Alienação pelo <i>accipiens</i> a título oneroso	681
4.2.2	Alienação pelo <i>accipiens</i> a título gratuito	683
5	Exclusão do direito de repetir	683
5.1	Destruição do título pelo <i>accipiens</i>	684

5.2	<i>Accipiens</i> que deixou prescrever a pretensão ou abriu mão das garantias	684
5.3	Obrigação prescrita	685
5.4	Obrigação judicialmente inexigível	685
5.5	Objeto ilícito, imoral ou proibido por lei.....	686
5.6	Dívida a termo.....	687
5.7	Empréstimo feito aos incapazes.....	687
5.8	Empréstimo para jogo ou aposta	687
5.9	Pagamento indevido e decisão judicial.....	688
Referências		689